

Vol. 18, número 2, jul-dez, 2025, pág. 721-748

**O Brasil em seus Brasis: um ensaio teórico sobre os aspectos
psicossociais da cultura brasileira**

**Brazil in its Brasis: a theoretical essay on the psychosocial aspects of
Brazilian culture**

Jane da Silva Paes¹

Resumo

O presente artigo aborda a complexidade e a riqueza da cultura brasileira a partir de sua formação histórica, marcada por processos de colonização, resistências, sincretismos e tensões sociais. Explora-se como a cultura nacional é formada pela convivência de múltiplos “Brasis” que se refere às expressões culturais regionais, populares, étnicas que incluem povos originários, processos de colonização, movimentos migratórios, que coexistiram, moldaram e ainda moldam identidades diversas em um mesmo território. A educação, a saúde e as políticas públicas são analisadas como campos fundamentais para o reconhecimento e a valorização dessa diversidade. O texto também discute o impacto das migrações recentes, com destaque para haitianos e venezuelanos, que contribuíram para novas dinâmicas culturais e exigiram respostas institucionais mais eficazes. Além disso, a arte é tratada como instrumento de resistência, pertencimento e transformação social, refletindo os desafios de democratizar o acesso cultural e promover o multiculturalismo genuíno. Reconhece-se que a cultura brasileira não é homogênea, mas pluridimensional, exigindo políticas inclusivas, educação crítica e compromisso institucional para que a diversidade não apenas seja tolerada, mas valorizada como um direito. Por fim, destaca-se a possibilidade de transformar o multiculturalismo como parte da realidade cotidiana de forma oficial e validada, pois é a experiência vivida por muitos, mas que pode ser compreendida e valorizada de forma equitativa e plural.

Palavras-chave: cultura brasileira; diversidade; migração; políticas públicas

¹ Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Especialista em Psicologia Clínica de Base Fenomenológica pelo Instituto de Ensino Vision. Especialista em Saúde Coletiva pela Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI, Bacharela em Psicologia pela UFAM. Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Única de Ipatinga (FUNIP). Graduanda em Licenciatura em Artes Visuais – UFAM. Professora de cursos livres em psicologia pelo Instituto de Ensino Vision. Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial LABFEN (FAPSI/UFAM). E-mail: janedasilvapaes@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9683-8518>



Abstract

This article addresses the complexity and richness of Brazilian culture based on its historical formation, marked by processes of colonization, resistance, syncretism, and social tensions. It explores how national culture is shaped by the coexistence of multiple “Brazils,” which refer to regional, popular, and ethnic cultural expressions that include indigenous peoples, processes of colonization, and migratory movements that have coexisted, shaped, and continue to shape diverse identities in the same territory. Education, health, and public policies are analyzed as fundamental fields for recognizing and valuing this diversity. The text also discusses the impact of recent migrations, with an emphasis on Haitians and Venezuelans, which have contributed to new cultural dynamics and required more effective institutional responses. In addition, art is treated as an instrument of resistance, belonging, and social transformation, reflecting the challenges of democratizing cultural access and promoting genuine multiculturalism. It is recognized that Brazilian culture is not homogeneous, but multidimensional, requiring inclusive policies, critical education and institutional commitment so that diversity is not only tolerated, but valued as a right. Finally, the possibility of transforming multiculturalism as part of everyday reality in an official and validated way is highlighted, as it is the experience lived by many, but which can be understood and valued in an equitable and plural way.

Keywords: brazilian culture; diversity; migration; public policies

A nação de aproximadamente 211,1 milhões de habitantes, hoje conhecida como Brasil, conta com números ainda mais impressionantes que este. Sua historicidade conta com a influência de vivências diversas e de origens que unificam culturas distintas, de realidades até mesmo do outro lado do mundo. O Brasil tem sua história permeada por movimentos migratórios, internos e externos, embates territoriais e aspectos referentes à posse de terras que mudaram drasticamente o curso da vida de muitos povos que aqui estiveram, chegaram e ainda estão.

O desenvolvimento do país reflete sua realidade de conquista, avanços tecnológicos, agrícolas, pecuários, extrativistas, de oportunidades e investimentos em períodos distintos, que deixaram marcas profundas em cada região, como o período da borracha que tornou a região norte conhecida internacionalmente, trazendo Manaus para o patamar de “Paris dos trópicos”,

período também conhecido como Belle Époque, com a economia baseada na extração de látex, tendo seu auge no começo do século XX, muito requisitado também no contexto da segunda guerra mundial, porém perdeu espaço e sucumbiu à concorrência asiática, levando o Amazonas e, conseqüentemente a região norte à necessidade de adaptação para uma nova realidade de iniciativas para o desenvolvimento, que, no final da década de 1960, mais especificamente em 1967, porém com maior notoriedade e consolidação em 1970, a zona franca de Manaus retorna as esperanças expectativas da população frente à economia da região (Silva, 2023). Esse período de transição entre bases econômicas, também conta com explorações de minérios em outras áreas amazônicas (Moulatlet, 2023) que, futuramente tornam-se parte de polêmicas e discussões sobre os aspectos ambientais, sustentabilidade e legislações para conter os danos causados até o presente.

Outras regiões, como o nordeste, o centro-oeste, sudeste e o sul, tiveram eventos distintos que modificaram sua paisagem, economia, aspectos sociais e, conseqüentemente, o panorama cultural, a exemplo da influência da coroa portuguesa, as divisões coloniais, produção agrícolas como o algodão, café e açúcar, dentre outras no decorrer da história.

Ao longo dos séculos XVI e XVII, o território brasileiro foi organizado em torno das capitanias hereditárias, por meio do Tratado de Tordesilhas (1494), seguido da demarcação em quinze faixas de terra concedidas a donatários pela Coroa Portuguesa. Essas faixas, inicialmente limitadas ao litoral, formaram os primeiros núcleos de colonização, marcando o início da configuração geográfica do Brasil. (Silva & Carvalho, 2021). A partir dos ciclos econômicos, como extração do pau-brasil, produção açucareira e mineração, houve a gradual interiorização na ocupação, ampliando o território além do eixo marítimo, sobretudo após o ciclo do ouro no século XVIII

No século XIX, com a Independência (1822) e a ascensão do café, a economia e a geopolítica nacionais mudaram profundamente. O eixo cafeeiro centrado em São Paulo e Minas Gerais, promoveu urbanização acelerada e inserção global, articulando uma rede de transportes, instituições financeiras e infraestrutura urbana. Paralelamente, o Norte e o Centro-Oeste receberam

incentivos à expansão agropecuária, virando alvo de políticas de ocupação interna, o que preparou o terreno para a fundação de Tocantins em 1988 (Frederico, 2017).

Em 1970, o IBGE consolidou oficialmente cinco grandes regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste, Sul), considerando critérios físico-geográficos, sociais e econômicos. Essa divisão refletiu desigualdades acentuadas — enquanto o Sudeste e Sul se tornaram centros urbanos e industriais, o Norte e Nordeste permaneceram com infraestrutura limitada e subdesenvolvimento. O Centro-Oeste consolidou seu peso econômico com agronegócio e ligação com Brasília, mas ainda estava longe das redes metropolitanas do Sudeste. (IBGE, 2022).

Para além do critério político-administrativo, Milton Santos e Maria Laura Silveira propuseram, em 2001, a divisão em “*quatro Brasis*”, segundo o grau de inserção nos meios técnico-científico-informacionais. A “Região Concentrada” (Sudeste-Sul) destaca-se por infraestrutura avançada; o Centro-Oeste por alta tecnologia agropecuária; o Nordeste por modernização parcial; e a Amazônia, por sua baixa densidade tecnológica. Essa proposta enfatiza as assimetrias materiais e de conectividade, revelando múltiplos “Brasis” que coexistem dentro de uma mesma nação. (Matos, 2019).

Assim a configuração territorial brasileira emerge de uma trama histórica que envolve capitânicas, ciclos econômicos, regionalizações e espaços com marcadores temporais carregados de sentidos, poderes, expansões, exploração agrícola, mineral, participação multiétnica que, infelizmente também é permeada por sobreposições, subjugamento, dominação e outras características que repercutem até os dias atuais, dada suas participações na construção estrutural dos entrelaçamentos culturais que se tem hoje, com tipos de culturas que, tal qual em uma pintura, podem ser percebidas em primeiro, segundo, terceiro e últimos planos marcados pelos indicadores históricos dos quais participam. Quando aos aspectos físicos, as divisões, sejam pelas cinco regiões do IBGE, pelos complexos regionais de Geiger ou pelos quatro Brasis de Santos & Silveira, expressam desigualdades e particularidades que moldam a identidade nacional. Compreender essa geografia complexa é essencial para refletir sobre os



aspectos psicossociais da cultura brasileira, pois o território molda signos, valores e modos de ser que formam múltiplos “Brasis”, as partes de um todo, que ainda que analisadas isoladamente e depois somadas, jamais dariam a dimensão real do todo que é o Brasil em sua pluridimensionalidade.

Contexto histórico cultural brasileiro

O vínculo que a cultura nacional brasileira demonstra com a cultura do colonizador português é evidente e isto se reflete nos valores expressos, na língua oficial, nos comportamentos da classe dominante que, até certo ponto, buscam reproduzir padrões europeus, até mesmo nas festividades, na imposição religiosa também utilizada como estratégia de conquista territorial, nas manifestações coletivas, que tentam a passos lentos ressignificar diversos destes ritos como parte da própria cultura, não mais o domínio exacerbado do colonizador. (Goulart & Reis, 2015).

As contribuições portuguesas se misturam aos aspectos críticos da relação colonizador-colono, uma vez que, quando uma sociedade tem suas terras invadidas, conquistadas e utilizadas como fonte de enriquecimento da nação que a conquistou, a diversidade cultural pré-existente tende a ser subjugada, apagada e, a depender da consolidação deste processo, marginalizada, como se percebe com a supervalorização de padrões eurocentrados e busca por desvinculação da figura indígena como era percebido no decorrer dos séculos no Brasil, que naturalizava o afastamento, segregação e expropriação de terras indígenas com discursos vindos do pensamento colonizador de utilização de terras para monocultura e enriquecimento latifundiário.

O processo de colonização apesar de seguir esta lógica, não foi posto em prática de maneira uniforme, visto que cada região foi colonizada em períodos, formas e intensidades distintas, haja vista que o Brasil é um país de dimensões continentais e diversidade étnica que rendeu diferentes interações, para além do contato com culturas externas tanto europeias quanto as demais no decorrer dos

tempos. Acerca deste fenômeno, os autores Jesus e Silva (2021) afirmam que neste período de colonização não havia enquanto ideia, uma unidade em relação à nação brasileira, assim cada morador possuía uma identidade cultural com base em seu local de origem, o que colaborou para o início de um processo desorganizado e violento de miscigenação, que ocorreu entre europeus, africanos e indígenas, formando a população brasileira. Essa unificação trouxe interações culturais significativas, ainda que não intencionais, com elementos que se mantém na cultura brasileira até os dias atuais.

Aspectos referentes aos hábitos portugueses foram sendo difundidos no Brasil, pois se tratava, durante o processo de colonização, de símbolo de domínio, poder e, sendo replicados pela elite, também expressavam a proximidade com nobreza e riqueza, assim ainda com povos de culturas diversas em terras brasileiras as ações dos colonizadores tendiam a se manterem e serem absorvidas, integradas e, em alguns casos, adaptadas a depender da região. Como acontecem com pratos da culinária portuguesa, tipo de preparos, técnicas, condimentos, hábitos alimentares e outras características que passaram a fazer parte do cotidiano do brasileiro, o consumo de bacalhau, a utilização de azeite no preparo de alimentos, pastéis de nata ou de Belém, doces portugueses, como quindim, entre outros, tornaram-se populares no país. Em outras esferas da vida diária a influência portuguesa pode ser vista, como na própria arquitetura, no estilo hoje chamado colonial, nas festividades, seja no âmbito religioso, de cultura popular ou de comemorações mistas, como as festas juninas, ambos recebem forte influência na sua forma de absorver a cultura portuguesa.

A história da construção cultural brasileira como se conhece hoje, é repleta de contribuições significativas de povos distintos, que em algum momento do processo de colonização, consolidação como país e reestruturação enquanto nação independente, estiveram presentes em solo brasileiro por alguma razão, como acontece com a migração de europeus a trabalho, após o período de abolição à escravidão, a necessidade de mão de obra para a continuidade dos latifúndios e a monocultura, resultam em mais um processo migratório, que abriga principalmente no sul do país – conforme a divisão

territorial da época – famílias espanholas, alemães, italianas, polonesas, etc. e, posteriormente, japoneses, que passam a integrar a população brasileira, com isto a mudança nos hábitos, principalmente alimentares foi mais significativa nesta parte do Brasil, sendo percebida uma variação gastronômica acentuada na região. (Cano, 2021).

Por outro lado, a cultura asiática passou a integrar a cultura brasileira desde os primeiros processos migratórios em regiões específicas do país, em como continuou a ser integrada com o processo de globalização e consumo de conteúdos advindos desta cultura, como é o caso da cultura pop, moda, indústria musical que passou a fazer sucesso em todas as esferas do entretenimentos, com os animes, mangás, dramas, ou doramas, como são chamados, as bandas pops personagens, estilos de vida, uma diversidade imensa de características passaram a fazer parte, de forma cada vez mais intensa e frequente no país.

Para além disso, nos esportes, as artes marciais de origem asiáticas também se popularizaram, judô e jiu-jitsu se integraram à gama de esportes procurados e praticados em todas as regiões do Brasil, sendo muito requisitados e se tornando comum no cotidiano brasileiro. Além do consumo de chás típicos asiáticos, as comidas japonesa, indiana, chinesa e coreana passaram a ser cada vez mais requisitadas, além da difusão de religiões como budismo, ainda que em passos mais lentos que os demais traços culturais citados. (Antônio, 2024).

A contribuições dos povos árabes também permanece visível e difundida no cotidiano brasileiro que, muitas vezes está tão naturalizado com estes hábitos que chega a ser difícil perceber que são oriundos de outros povos, como a forte influência no comércio que trouxe o conceito de pagamento a prazo utilizado tão comumente no país. Além as questões econômicas como o próprio jeito de se fazer comércio, como visto na famosa rua vinte e cinco de março, que tem origens embricadas com a imigração árabe, as contribuições são inúmeras e em diversas áreas, a culinária árabe tem pratos que se popularizaram e integram o paladar brasileiro até os dias atuais, como o kibe e a esfiha.

É importante ressaltar que os povos árabes não são necessariamente uma nação específica ou grupo compreendido apenas pela divisão de continentes, como acontece quando se fala de europeus e asiáticos, os povos

que integram a cultura árabe são parte de uma identidade predominantemente etnolinguística que se vincula por aspectos culturais, religiosos e que não se restringe à um continente, como é percebido por sua ocupação no norte da África, com Egito, Marrocos, Líbia, no Oriente Médio com Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Catar, etc. (Caixeta, 2019).

O processo de inclusão e adesão da cultura árabe no país se dá a partir do fluxo migratório que acontece por volta da segunda metade do século XIX, aspectos políticos, sociais e econômicos tornam a vinda desses povos oportuna para melhorar suas condições de vida estando no Brasil, sendo intencionada uma migração temporária, principalmente de povos sírio, libaneses e palestinos, se fixando no sudeste do país – já em novas divisões regionais do Brasil – concentrando-se em São Paulo e depois espalhando-se pelo território nacional. A influência comercial foi marcante e onde se consolidaram em atividade econômica, além da culinária que obteve grande êxito em sua permanência no gosto popular. (Richa et al., 2024).

Os tipos diferentes de culturas no país

O Brasil apresenta uma complexa e multifacetada estrutura cultural, resultado de um processo histórico de miscigenação e intercâmbio entre povos indígenas, africanos, europeus e mais recentemente, asiáticos e outros grupos e fluxos migratórios. Essa diversidade configura uma cultura plural, marcada pela coexistência e mistura de diferentes tradições, línguas, religiões e manifestações artísticas. Segundo Matta (1997), essa pluralidade cultural faz do Brasil um “país de muitos Brasis”, onde coexistem diferentes universos culturais, o que reforça a ideia de uma identidade nacional não homogênea, mas múltipla e dinâmica.

Na atualidade, percebe-se a necessária e crescente valorização de culturas tradicionalmente marginalizadas, como as indígenas e afro-brasileiras, tanto em políticas públicas quanto na mídia e mercado cultural. Essa valorização não apenas recupera saberes ancestrais, mas também serve como resistência política e afirmação identitária em contextos de exclusão histórica, como mostra



Santos (2022). Esses traços culturais revelam um Brasil em constante negociação entre o passado colonial e as demandas por justiça social e reconhecimento cultural, especialmente em espaços urbanos e periféricos.

O mercado cultural brasileiro tem desempenhado papel significativo na disseminação e comercialização dos diversos estilos e manifestações culturais. Por exemplo, a popularidade que o samba teve a ponto de ser apontado por pessoas de outros países como a referência sobre o Brasil, dos anos 2000 em diante, outros estilos, ritmos, gêneros, festas e manifestações artísticas no âmbito da música tiveram alcance internacional e/ou massificação e aumento no consumo, divulgação e mercado interno, como o funk (Marchi, 2023) e, atualmente, o sertanejo universitário, que por um lado perde a proximidade com o sertanejo em referências antigas, por outro se mistura com diferentes tipos de sons, em contrapartida, um país que ainda conta com uma população indígena relativamente extensa se considerar que, de forma controversa, pela dificuldade de autoidentificação pela ausência de letramento racial acessível e estigmas sociais acerca do pertencimento a determinados grupos étnicos, pode ser ainda maior, não possui ritmos, gêneros ou festas que estejam no mesmo patamar de popularidade ou interesse e grandes investimentos para serem “exportadas” tanto quanto estas manifestações musicais citadas anteriormente, ainda que sejam povos que estão aqui desde as terras de Pindorama. Ainda que isto não impeça que traços, técnicas, jeitos ou outras características oriundas de culturas originárias sejam incorporadas às produções populares, para complemento estético, ou outros objetivos (Pucci, 2017).

A pluralidade e o poder econômico que estão atrelados aos fenômenos musicais não são acaso e não refletem apenas o puro gosto popular, mas os investimentos, intenções e interesses de uma indústria que, neste caso, está voltada para a música e o que por ela pretende ser representado (Music Business Journal, 2023), como a ascensão do agro e envolvimento dos movimentos conservantistas, tipos de política e validação em massa de ideias que estejam de acordo com os patrocinadores desta indústria, a cultura também é veículo de naturalização de movimentos, o que se vê, se ouve, se sente, torna-se mais do que informação, forma-se vínculo afetivo, assim como a arte é algo

que mobiliza sentidos, sensações, afetos, pois afeta o sujeito de diferentes formas e ainda assim a arte é política, a música, por semelhante modo, partilhando do princípio artístico, tem potenciais de fluidez e participação da vida dos sujeitos de forma que, em vários momentos possa ser percebida enquanto sutil ou singela, mas que se vincula, participa, integra e mobiliza. Para além dos ideias e questões que cercam o mercado cultural, ainda assim o consumo de conteúdos, marcas, estilos, músicas, práticas, hábitos, não integram um gráfico linear, mas um emaranhado de pensamentos, ideias, produções, vivências, tradições, costumes, comunidades, grupos, ideais, percepções, performances, etc., gostos que hoje são inovadores, em vários casos podem ser apenas releituras de ideias passadas, tradição e modernidade em um momento podem se contrastar, bem como em outros, podem ser complementares, ou parte de uma mesma coisa em diferentes linhas do tempo, sendo percebidas igualmente por pessoas diferentes ou diferentemente por pessoas semelhantes. Apropriar-se dos elementos culturais para fins mercadológicos, é ainda parte do sistema econômico, mas pode também ser a representação de ideais político-sociais, assim como pode ser parte de novos projetos de ampliação à visibilidade de outras faces de uma mesma cultura multiétnica, diluir significados originais, reunir conceitos, entre muitas outras possibilidades, ainda que, no cenário atual, estas últimas sejam remotas ou fora do comum.

Estilos de vida e modos de expressão relacionados à cultura pop, cultura urbana e movimentos artísticos contemporâneos também ganham destaque no cenário cultural brasileiro. As subculturas urbanas, como o hip-hop, grafite e a cultura geek, expressam não só gostos estéticos, mas também posicionamentos políticos e sociais, funcionando como espaços de resistência e reinvenção identitária (Caminha, 2023). Esses fenômenos culturais revelam as tensões entre as diferentes camadas sociais e as disputas simbólicas no país.

A ênfase dada à valorização de determinados costumes tem origem em processos históricos que envolvem relações de poder, hegemonia e resistência. As políticas culturais contemporâneas buscam promover a diversidade cultural reconhecendo a pluralidade de identidades presentes, combatendo o racismo e a discriminação, e fomentando a inclusão (Santos, 2024). A compreensão

desses processos é fundamental para fortalecer a democracia cultural e garantir que múltiplas vozes e narrativas sejam ouvidas e valorizadas.

A cultura, porém, não é apenas uma expressão estética ou simbólica, mas também um campo de batalhas políticas e sociais. A análise dos fenômenos artísticos e culturais deve considerar seu potencial transformador e seu papel na construção das identidades e das relações de poder no Brasil (Carvalho & Mendes, 2018). Os movimentos culturais atuam como espaços de contestação e mobilização, influenciando políticas públicas e disputando sentidos e representações sociais.

A diversidade cultural no Brasil está intrinsecamente ligada a processos de territorialização e globalização. A influência das culturas locais, regionais e globais se entrelaça, produzindo hibridismos culturais que desafiam categorias fixas. O estudo da cultura brasileira demanda, portanto, uma perspectiva interdisciplinar que contemple sociologia, antropologia, história e economia, ampliando a compreensão sobre os múltiplos “Brasis” contemporâneos (Silveira, 2011).

Finalmente, compreender as diferentes culturas brasileiras é essencial para fomentar o respeito à diversidade e a construção de uma sociedade mais inclusiva. A cultura brasileira é um mosaico vivo, em constante transformação, e seus aspectos psicossociais refletem a complexidade das relações entre grupos sociais, regiões e gerações. Incentivar o diálogo intercultural e a valorização dos saberes locais e populares é fundamental para promover a justiça social e o desenvolvimento sustentável no país.

Influências por regiões

A ocupação do território brasileiro variou muito de região para região, refletindo diretamente na diversidade cultural que observamos hoje. No Nordeste, a colonização portuguesa iniciou-se com o cultivo da cana-de-açúcar e o uso intensivo da mão de obra escrava africana. Esse cenário moldou uma cultura profundamente influenciada pelos povos africanos e indígenas locais,

visível em manifestações como o samba de roda, o candomblé e outras expressões culturais (Sandroni, 2010). Esses traços são essenciais para entender as dinâmicas sociais e culturais da região até os dias atuais.

No Norte, a cultura indígena é parte significativa dos costumes, conhecimento e práticas, ainda que no contexto das grandes cidades perca validação frente aos hábitos e valorização da cultura oriunda do processo de colonização e das demais influências dos fluxos migratórios no decorrer dos séculos, mesmo tendo maiores concentrações de parte da população originária nesta região do país. Os ciclos econômicos, como o da borracha, atraíram migrantes internos e externos, porém não apagaram por completo as influências dos povos indígenas, como os Tikuna, Yanomami e Munduruku, entre outras etnias cuja cultura sobrevive e se mantém em locais, principalmente dos interiores, comunidades, sobretudo no artesanato e nas festas tradicionais. A conservação desses saberes é um aspecto fundamental da identidade amazônica (Silva, 2023).

O Centro-Oeste é marcado pelo encontro entre indígenas, migrantes nordestinos e sulistas, que transformaram a região durante o processo de ocupação e modernização agrícola. A presença dos povos Xavante e Bororo permanece culturalmente significativa, ainda que enfrentem desafios territoriais. Os fluxos migratórios internos provocaram a emergência de um mosaico cultural que mistura influências indígenas, sertanejas e do agronegócio (Oliveira, 2015).

No Sudeste, a colonização portuguesa foi intensa e houve grande imigração europeia, sobretudo italiana e alemã, que impactou fortemente a cultura regional. Apesar do predomínio urbano e industrial, há resquícios indígenas, principalmente nos nomes de localidades e em festas populares, como o Carnaval, que misturam elementos africanos e indígenas (Oliveira, 2017). Esse entrelaçamento cultural moldou a identidade complexa da região.

Na Região Sul, o processo de colonização foi muito influenciado pela imigração europeia, especialmente alemães, italianos e poloneses. Essa forte presença europeia convive com as culturas indígenas dos Guarani e Kaingang, que, embora reduzidas em número, continuam lutando para manter seus

territórios e tradições culturais (Santos, 2017). O resultado é um cenário cultural plural, onde a diversidade étnica expressa diferentes narrativas históricas.

O êxodo rural, especialmente nas últimas décadas, alterou o perfil cultural de muitas regiões do país. A migração das zonas rurais para centros urbanos implica um replanejamento identitário para os migrantes, que muitas vezes mantêm práticas culturais tradicionais em espaços urbanos. Políticas públicas de valorização cultural têm buscado preservar esses saberes, reconhecendo sua importância para a diversidade brasileira. (Silva & Rodrigues, 2016).

Além disso, a influência dos movimentos sociais indígenas e quilombolas tem sido fundamental para a valorização das culturas originárias e afro-brasileiras, assim como para o debate político em torno da demarcação de terras e da educação intercultural (Oliveira & Santos, 2014). Esses movimentos revelam como a cultura está sempre em diálogo com as questões sociais e políticas do país.

Deste modo, a diversidade cultural brasileira é fruto de uma longa história de encontros, resistências e adaptações entre diferentes povos. Cada região possui características próprias que refletem processos históricos distintos, formando um mosaico cultural rico e multifacetado. Compreender essas especificidades é fundamental para políticas que promovam o respeito e a valorização da pluralidade cultural no Brasil.

Fala, ritos e costumes

Os costumes presentes no cotidiano, como saudações, vestimentas e hábitos alimentares, não são meras convenções sociais, mas sinais complexos de uma ou mais identidades culturais. Na saúde, por exemplo, o uso de jalecos brancos por profissionais de clínica representa um ritual simbólico que reforça legitimidade e hierarquia, mas também pode afetar a relação médico-paciente. Esse tipo de expressão, que compõe simbolicamente os rituais não verbais,

perpassa desde a medicina formal até crenças populares, como o uso de chás e rezas discutido mais adiante.

Historicamente, desde a Belle Époque até os programas de higiene escolar nas décadas de 1920, houve práticas de higienização dos costumes com o objetivo de modelar comportamentos “civilizados” entre as camadas populares (Cintra, 2005). Professores e agentes de saúde atuavam como transmissores de normas ligadas à moral, higiene e ordem, evidenciando a influência da educação formal na conformação dos hábitos sociais.

Nos contextos rurais e nas periferias urbanas, os costumes religiosos e tradicionais ainda exercem grande influência. Agentes comunitários de saúde relatam como parteiras, benzedeadas e rezadeiras coexistem com práticas biomédicas na rotina de cuidado, especialmente na atenção básica. Essas ações revelam uma cultura sincrética, que dialoga informalmente com as normas oficiais de saúde. (Assunção, Querino e Rodrigues, 2020).

A educação popular em saúde é outro espaço onde fala, ritos e costumes se encontram. Cartilhas, dramatizações e oficinas utilizam simbolismos culturais para conectar saberes técnicos e populares, promovendo acolhimento e engajamento comunitário. Esse modelo reconhece o saber local como legítimo, apesar das tensões existentes entre o oficial e o tradicional no sistema público de ensino. Alguns destes costumes populares, como chás medicinais e benzimentos, entram em choque com os limites da legislação e das práticas oficiais de saúde. Há casos em que práticas consideradas amadoras são criminalizadas por falta de regulamentação, ou por representarem risco à saúde. A tensão entre saber popular e saber científico reflete-se nos dilemas enfrentados por parteiras ou rezadeiras que atuam à margem do sistema de saúde oficial. (Assunção, Querino & Rodrigues, 2020).

Para além dos costumes tradicionais de povos originários, ou resultantes do processo de colonização, no contexto do SUS e educação em saúde, práticas diversas tem sido experimentadas para implementação de ações que alcancem o público de forma lúdica, leve, porém mantendo o valor científico e seguro dos princípios e diretrizes da saúde pública, transformando conhecimento teórico-técnico em linguagem acessível e interativa, como palhaçaria, uso de ritos

corporais e humor tem sido incorporadas em programas de saúde comunitária e unidades de acolhimento. Estas ações, muito presentes em iniciativas de palhaço-terapeuta ou arteterapia, promovem alívio, construção de vínculo e expressão simbólica, mostrando que ritos culturais podem ser integrados à formalidade institucional com ganho social (Maia et. al., 2023).

O que formaliza o Brasil enquanto uma cultura

A noção de *cultura brasileira* pode ser compreendida como um conjunto de práticas, símbolos e valores que moldam a sociedade em diferentes níveis, desde o cotidiano até as instituições formais. Fernando de Azevedo (1958) defende que a cultura define a identidade coletiva do país e se legitima por meio da educação, funcionando como agente de coerência social apesar da imensa diversidade regional. É pela educação que as tradições, símbolos e valores nacionais se perpetuam, moldando o que é reconhecido como brasileiro.

Desta forma, apesar de existir uma base cultural compartilhada, como a língua e símbolos nacionais, o Brasil é caracterizado pela pluralidade significativa. A discussão sobre a formação identitária brasileira não é uma ideia da última década, tem sido alvo de pesquisas e questionamentos por parte das instituições de ensino e pesquisa, como mostram diversos trabalhos na linha da antropologia, psicologia, história, geografia e sociologia principalmente, como mostra a professora e pesquisadora da USP, Maria Isaura Pereira de Queiroz (1989) sobre os aspectos estudados que demonstram a existência de múltiplas regiões culturais, que refletem adaptações locais ao território, economia e práticas sociais. Ou seja, o reconhecimento da cultura brasileira passa necessariamente por uma leitura múltipla, que respeite tais variações e interações, além de nuances socioeconômicas.

Entre os limites institucionais, a Lei 13.182/2015, que institui o Plano Nacional de Cultura, reconhece essa pluralidade identificando diversas formas de expressão cultural no país. Isso formaliza a noção de cultura nacional que não se confunde com homogeneização, mas sim com respeito à diversidade. O

Estado, portanto, torna-se legítimo quando reconhece o sincretismo como essência da cultura brasileira, acolhendo práticas tradicionais e contemporâneas, contudo é importante se atentar ao movimento de naturalização e convívio que se desdobra a partir da criação de uma lei, pois os estudos legislativos tornam as necessidades de um ou demais povos como parte para fundamentação de leis que supram estas necessidades, mas isso não assegura de imediato a mudança ou incorporação popular da aceitação, valorização ou validação de aspectos culturais, por exemplo, isso quer dizer que entre criar uma lei que torne todas as religiões/culturas/práticas de determinados povos enquanto legítimas e o respeito e aceitação nacional, existe um processo que leva tempo e é atravessado por preconceitos, lutas sociais, investimentos em educação e inclusão, além de outras iniciativas de cuidados e proteção à diversidade cultural.

No campo da saúde, como citado anteriormente a cultura popular, como benzedeiras, uso de ervas medicinais e festas tradicionais, ganha reconhecimento, principalmente a partir do enfoque de territorialização do SUS. Passando a integrar estudos de saúde pública, com a compreensão que os saberes locais e cosmovisões de diferentes regiões são eficazes para a adesão aos tratamentos, reforçando o elo entre cultura e aplicação institucional.

Na educação, o currículo obrigatório passou a incorporar a diversidade regional por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que prevê o ensino de culturas afro-brasileiras, indígenas, amazônicas e regionais. Essa inclusão formal é um passo importante para validar saberes plurais como parte da formação cidadã, que outrora eram desvalorizadas ou apagadas no processo educacional. No entanto, a apropriação superficial pode mascarar desigualdades reais, se não houver aprofundamento teórico e histórico sobre essas culturas.

Por fim, a cultura brasileira se formaliza em uma tensão institucional, entre o reconhecimento da diversidade e a construção de um “mito unificador”. A perspectiva de Azevedo (1958) alerta que enxergar a cultura apenas pela lente europeia impede o reconhecimento dos Brasis múltiplos. O aprofundamento histórico é fundamental para evitar que a valorização cultural se torne um rótulo vago, sem base real nas tradições históricas e regionais existentes.

As últimas décadas e as contribuições das migrações recentes

As migrações internacionais desempenham papel importante no cenário sociocultural do Brasil, refletindo as transformações e o impacto das políticas migratórias. Nos últimos anos, particularmente após os anos 2000, o Brasil passou a receber fluxos migratórios significativos, com destaque para a vinda de haitianos e venezuelanos, cujas realidades socioeconômicas e políticas determinaram suas trajetórias migratórias. A migração haitiana, que ganhou força após o terremoto de 2010, foi marcada por um processo de acolhimento massivo, visto que, esse fluxo foi impulsionado pela crise humanitária e pelas políticas de asilo facilitadas pelo governo brasileiro (Leão et. al., 2017). A chegada de haitianos não só trouxe desafios logísticos e sociais, mas também contribuiu para uma diversificação do cenário cultural brasileiro, especialmente nas regiões Norte, Centro-oeste e Sudeste.

Por outro lado, a crise na Venezuela, especialmente a partir de 2014, intensificou o fluxo migratório para o Brasil, com milhares de venezuelanos atravessando a fronteira em busca de melhores condições de vida. A pesquisa de Leonello e Moreira (2025) destaca a contribuição da imigração venezuelana no cenário da integração social e econômica no Brasil, enfatizando como a recepção de imigrantes de diferentes nacionalidades configura uma parte das principais questões políticas e culturais da atualidade. Essa nova onda migratória reforçou a presença de uma diáspora sul-americana no país, tornando-se uma força renovadora em termos culturais como a inserção de práticas populares como a presença marcante na culinária, a língua espanhola que passou a ser ouvida com mais frequência, as músicas em seus locais de moradia e trabalho, além de gerar novas demandas para políticas públicas nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Esses fluxos migratórios também têm sido analisados sob a ótica da sociologia das migrações, como mostram as pesquisas das últimas décadas, que a chegada de haitianos e venezuelanos tem refletido não apenas mudanças

demográficas, mas também o fortalecimento de novas identidades culturais, gerando transformações nas práticas sociais e culturais brasileiras (Domeniconi, Baeninger e Demétrio, 2021). As contribuições culturais dessas populações incluem a difusão de tradições gastronômicas, musicais e artísticas, além de uma maior visibilidade para a língua e a literatura destes povos. Tais aspectos são essenciais para a reconfiguração da identidade cultural brasileira, marcada por sua pluralidade e pela troca constante de experiências e saberes.

A presença desses imigrantes e suas contribuições são parte de um contexto mais amplo de migração latino-americana, cujas implicações para as políticas públicas no Brasil vão muito além da integração econômica, como mostram Martins e Garcez (2024), o fenômeno das migrações recentes destaca a necessidade urgente de adaptação das instituições brasileiras, que ainda carecem de um modelo robusto de acolhimento e inserção dos imigrantes no mercado de trabalho formal. Além disso, as questões relacionadas ao reconhecimento cultural e à valorização da diversidade têm sido centrais para a construção de um país cada vez mais multicultural.

Esses movimentos também ilustram o papel do Brasil como ator internacional, oferecendo refúgio para populações em situação de vulnerabilidade. Ao longo do último século, essas migrações contribuíram para a construção de um Brasil mais cosmopolita e interconectado com outras realidades, ao mesmo tempo que expôs desafios para a política de imigração e para as relações interculturais internas. O Brasil, como país de acolhimento, não apenas transforma a vida dos imigrantes, mas também é transformado por eles, refletindo-se em novas formas de convivência e convivência com a diversidade, ainda que nisto estejam envolvidos processos legais e psicossociais (Fernandes e Sapohr, 2020), estes desafios tem contribuído ao aperfeiçoamento de sistemas de recepção e amparo aos povos que assim precisaram, contribuindo também para outro aspecto cultural percebido no país enquanto uma nação conhecida por sua hospitalidade, carisma e receptividade que vão assim se consolidando como característica macro, referente ao Brasil.

Em um contexto mais amplo, é possível perceber que a experiência de imigrantes no Brasil não se limita às questões de trabalho e adaptação social,



mas está também intimamente ligada à construção de uma nova concepção de cidadania e identidade nacional. A presença de imigrantes haitianos e venezuelanos reforça, portanto, o debate sobre os limites e possibilidades da cultura brasileira contemporânea, que analisam as tensões e as oportunidades trazidas pelas migrações para a renovação das práticas culturais e das políticas públicas voltadas para a integração social.

A perspectiva psicossocial da arte frente ao multiculturalismo

A relação entre arte e multiculturalismo no Brasil exige uma análise que envolva o acesso desigual à cultura e como isso impacta as diversas manifestações artísticas em todo o país. A arte, enquanto expressão de múltiplas culturas, carrega em si um potencial transformador, mas também revela profundas desigualdades. A maioria da população ainda encontra obstáculos significativos para acessar as produções culturais, o que impede a verdadeira valorização da diversidade cultural no Brasil (Guimarães, 2005). O Estado, ao longo de sua história, tem sido pouco eficaz em garantir a democratização do acesso à cultura, o que se reflete nas políticas públicas e na escassez de investimentos em espaços culturais para as camadas mais marginalizadas da sociedade.

As desigualdades sociais, que afetam a distribuição de recursos para a educação e cultura, impedem que a arte, como ferramenta de construção identitária, seja plenamente acessível para todos os brasileiros. De acordo com o sociólogo Pierre Bourdieu (1996), as classes sociais mais altas são as principais beneficiárias das políticas culturais, enquanto as classes populares ainda enfrentam dificuldades para se inserir em ambientes culturais e educacionais. Isso se reflete em um ciclo de exclusão, onde as populações mais pobres e as minorias étnicas, como indígenas e afro-brasileiros, têm seu acesso à cultura restrito, o que contribui para a invisibilidade e desvalorização de suas manifestações culturais e artísticas.

A formação educacional, por sua vez, não tem conseguido suprir a lacuna de acesso à arte e à cultura para as populações mais vulneráveis. Os currículos escolares muitas vezes negligenciam a valorização das culturas populares e regionais, priorizando produções culturais ligadas às elites e à cultura ocidental eurocêntrica (Carneiro & Braga, 2020). Além disso, a falta de políticas públicas voltadas à promoção de uma educação culturalmente inclusiva impede que o multiculturalismo se fortaleça e se reflita de forma concreta na sociedade brasileira. O ensino da arte precisa, portanto, integrar as expressões culturais das diferentes regiões do Brasil, promovendo uma educação que respeite as diversidades e crie uma abordagem inclusiva e plural.

A arte brasileira, em sua diversidade, enfrenta o desafio de ser reconhecida enquanto expressão legítima de suas raízes. As representações artísticas das comunidades indígenas, quilombolas e das classes populares frequentemente encontram barreiras para serem reconhecidas nos espaços de poder e nas galerias artísticas do país. O conceito de arte e cultura no Brasil, muitas vezes, é ainda influenciado por um olhar colonialista e elitista, que privilegia a arte ocidental em detrimento das práticas culturais locais. A educação artística no Brasil precisa ser mais do que uma transmissão de habilidades, ainda pode ser uma reflexão sobre a identidade, a história e as realidades culturais da sociedade brasileira.

Além disso, é fundamental que as políticas culturais no Brasil sejam voltadas para a promoção de um multiculturalismo genuíno, que reconheça e respeite as diferentes expressões artísticas e culturais (Castro et. al., 2023). Isso inclui um esforço contínuo para eliminar barreiras que limitam o acesso à arte e à cultura. Como observa Carneiro e Braga (2020), a falta de investimento em infraestruturas culturais nas periferias e em áreas de maior vulnerabilidade social impede que as populações mais pobres tenham acesso às manifestações culturais e artísticas de sua própria identidade. Para que o multiculturalismo se consolide, é necessário que o Estado e as instituições culturais se comprometam a promover a inclusão e a diversidade, reconhecendo a arte como um direito fundamental de todos os cidadãos.

O multiculturalismo no Brasil também exige a reflexão sobre o papel da arte como instrumento de resistência e transformação social. A arte popular e as manifestações culturais de grupos marginalizados têm sido um veículo poderoso para expressar questões sociais e políticas, como as desigualdades e as injustiças que permeiam a sociedade brasileira. No entanto, para que essas expressões ganhem visibilidade e relevância, é preciso que haja movimentação por parte das instituições culturais para valorizar essas práticas e incorporá-las ao discurso dominante sobre o que é arte e cultura no país. O multiculturalismo não deve ser apenas um conceito teórico, mas deve se refletir em ações concretas e inclusivas.

Deste modo, é necessário o esforço coletivo para que o multiculturalismo no Brasil deixe de ser apenas uma ideia e se torne uma realidade vivenciada no cotidiano da população. Isso só é possível com a implementação de políticas públicas eficazes que garantam a inclusão das expressões culturais de todos os brasileiros, independentemente de sua origem, etnia ou classe social, além de propostas, programas e projetos que deem suporte ao cumprimento destas políticas e tornem sua efetividade célere. A arte, enquanto instrumento de expressão, pode e deve ser uma ferramenta de transformação social, capaz de fortalecer as identidades culturais e promover a justiça social. A valorização da diversidade cultural e a democratização do acesso à arte são questões fundamentais para a construção de uma sociedade mais igualitária e plural (Castro et. al., 2023).

Considerações finais

A cultura brasileira é fruto de uma longa trajetória histórica marcada por encontros, tensões e sincretismos. Desde o período colonial, diferentes povos, como indígenas, africanos, europeus e, mais recentemente, migrantes de países da América central e América do Sul, contribuíram para a formação de um repertório cultural extenso e multifacetado. Esse processo não ocorreu de forma homogênea, mas sim por meio de adaptações regionais e interações dinâmicas, que geraram o que hoje chamamos de “os Brasis”: múltiplas identidades culturais



coexistindo dentro de um mesmo território nacional, formando uma representação macro multidimensional do que é a cultura brasileira.

Ao longo do tempo, a diversidade se revelou não como exceção, mas como essência da identidade brasileira. Ela se manifesta nos costumes, na religiosidade, na música, nas festas populares e até na alimentação. Cada região possui um conjunto próprio de símbolos e práticas que se conectam com sua história, geografia e composição demográfica. Essa pluralidade, embora rica, sempre enfrentou obstáculos à sua valorização, sobretudo por conta de modelos de poderes, políticos e, até mesmo educacionais, que favoreceram a hegemonia de uma cultura dominante, muitas vezes eurocêntrica e excludente.

Ainda que o Brasil possua um patrimônio cultural inestimável, os desafios para seu reconhecimento e valorização continuam presentes. As desigualdades sociais, raciais e econômicas impedem o pleno acesso à cultura e à arte, restringindo as oportunidades de participação e visibilidade para muitos grupos. O multiculturalismo brasileiro, por vezes celebrado, também carrega consigo as marcas da desigualdade estrutural e da invisibilização de saberes e expressões populares, sobretudo das periferias urbanas, interioranas, das comunidades indígenas, quilombolas e de imigrantes recentes.

Nesse contexto, a arte se configura como um instrumento poderoso de resistência, diálogo e transformação social. Ela permite que diferentes vozes se expressem, que memórias sejam preservadas e que novas formas de pertencimento sejam construídas. Quando promovida com responsabilidade e sensibilidade, a arte pode romper com estigmas, superar silenciamentos históricos e construir pontes entre diferentes realidades culturais, favorecendo o fortalecimento da cidadania e convivência democrática.

A presença de povos de outros países sempre esteve presente desde o princípio colonizatório do país, mas foi acontecendo em processos completamente diferentes em épocas distintas, como os últimos com a chegada de imigrantes haitianos, venezuelanos e de outras nacionalidades no Brasil desde os anos 2000 reforçando a natureza dinâmica da cultura nacional. A inserção de novos costumes, idiomas, músicas e culinárias reconfigura o cotidiano das cidades e amplia a compreensão sobre o que é ser brasileiro.

Essas experiências, no entanto, também exigem respostas institucionais que garantam não apenas acolhimento, mas também inclusão e respeito à dignidade desses sujeitos além da interação e intercâmbio cultural saudáveis. O reconhecimento das culturas migrantes fortalece o caráter pluridimensional do Brasil e desafia antigas noções de identidade nacional.

As instituições públicas, especialmente nas áreas da educação e da saúde, desempenham papel central nesse processo. Por meio da valorização dos saberes tradicionais, do ensino de histórias plurais e da escuta ativa nos territórios, é possível promover uma política cultural que respeite e celebre a diversidade. A territorialização das políticas públicas, quando bem estruturada, permite o diálogo entre o saber técnico-científico e os conhecimentos locais, contribuindo para maior adesão da população e para a efetividade das ações.

A legislação cultural brasileira, por sua vez, tem buscado acompanhar essa complexidade, como mostra o reconhecimento oficial de manifestações culturais diversas e a criação de mecanismos para sua preservação. No entanto, a formalização legal nem sempre resulta em mudanças práticas imediatas. O respeito à diversidade cultural exige também ações continuadas de combate ao preconceito, investimentos estruturais, formação de educadores e gestores em várias esferas do poder público e setores como educação e saúde, além da participação ativa das comunidades na definição de suas próprias políticas culturais.

É imprescindível que o multiculturalismo não seja apenas uma bandeira simbólica, mas um compromisso ético e político com a justiça social e a equidade. O acesso à cultura, à arte e à educação de qualidade precisa ser democratizado e adaptado às realidades específicas dos grupos historicamente marginalizados. Somente assim o Brasil poderá consolidar sua identidade coletiva que não apague as diferenças, mas as reconheça como parte integrante e vital da própria existência.

Deste modo, o Brasil é uma nação marcada por uma riqueza cultural profunda e em constante transformação, essa pluralidade, embora muitas vezes tensionada por desigualdades e disputas simbólicas, é também sua maior força. Os “Brasis” que coexistem dentro do Brasil revelam um país onde a identidade



é construída na confluência de histórias, resistências e afetos. Para que essa cultura pluridimensional floresça plenamente, é necessário um esforço conjunto, do Estado, das instituições, das comunidades e da sociedade civil, para que a diversidade seja não apenas celebrada, mas efetivamente protegida, valorizada e incluída nas decisões que moldam o presente, compreendem o passado e refletem as novas perspectivas de futuro do país.

Referências

- Antonio, A. da S. (2024). Cultura pop oriental e identidade da geração Z: Um estudo das subculturas de moda. Repositório Institucional do Conhecimento – RIC- <https://ric.cps.sp.gov.br/handle>
- Assunção, L. M. de., Querino, R. A., & Rodrigues, L. R.. (2020). A benzedura nos territórios da Estratégia Saúde da Família: percepções de trabalhadores, usuários e benzedores. *Saúde Em Debate*, 44(126), 762–773. <https://doi.org/10.1590/0103-1104202012613>
- Azevedo, F. de. (1958). *Cultura brasileira: Elementos para uma interpretação*. Editora Nacional.
- Brasil. (2015). Lei nº 13.182, de 5 de novembro de 2015. Institui o Plano Nacional de Cultura. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2015/L13182.htm
- Brasil. (2017). Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ministério da Educação. <https://www.basebncc.mec.gov.br/>
- Borudie, P. (1996). *Razões Práticas: Sobre a Teoria Da Ação*. Papyrus Editora, ISBN8530803930, 9788530803933 p. 224.
- Caixeta, E. M. (2019). Abordagem historiográfica da História da Península Ibérica Medieval e da influência cultural árabe no Brasil. *Revista Entre Parêntese*, (8).
- Caminha, G. S.. (2023). Graffiti na cultura hip-hop: relações entre linguagem, identidade e espaço urbano na perspectiva transperiférica e indisciplinar da Linguística Aplicada. *Revista Brasileira De Linguística Aplicada*, 23(3), e36947. <https://doi.org/10.1590/1984-6398202336947>
- Cano, F. C. S. (2021). Alimentação brasileira: Das especificidades regionais à perda da identidade cultural. *Diversitas Journal*, 6(1), 881–899.



- Carneiro, J. P., & Braga, W. J. (2020). O ensino de artes: ausência, silenciamento e resistência no âmbito das relações étnico-raciais no campo educacional. *Revista Educação Pública*, 20(14).
- Castro, L. R. de ., Mattos, A. R., Juncken, E. T., Monteiro, R. A. de P., & Villela, H. A. M.. (2006). A construção da diferença: jovens na cidade e suas relações com o outro. *Psicologia Em Estudo*, 11(2), 437–447. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000200023>
- Cintra, E. P. de U.. (2005). A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925). *Educar Em Revista*, (26), 01–05. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.4744>
- Domeniconi, J. O. S. de, Baeninger, R., & Demétrio, N. B. (2021). Migrações venezuelanas:: trabalhadores do conhecimento no Brasil. *Revista Brasileira De História & Ciências Sociais*, 13(26), 182–203. <https://doi.org/10.14295/rbhcs.v13i26.13124>
- Fernandes, J. de M., & Spohr, A. P. (2020). Immigration Administration in Brazil: Fragmentation and Lack of Coordination and its Challenges to Migration Policy. *Administração Pública E Gestão Social*, 12(4). <https://doi.org/10.21118/apgs.v12i4.5836>
- Frederico, S. (2017). Território e cafeicultura no Brasil: uma proposta de periodização. *Geosp Espaço & Tempo*, 21(2). <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2017.98588>
- Guimarães, R. B.. (2005). Regiões de saúde e escalas geográficas. *Cadernos De Saúde Pública*, 21(4), 1017–1025. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2005000400004>
- Goulart, I. B., Reis, M. Â. C., & Caputo, U. (2015). Cultura portuguesa e cultura brasileira: A interinfluência de traços de colonizador e colonizado nas organizações. *Revista Jurídica Luso-Brasileira*, 2, 989–1019.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). *Censo Demográfico 2022*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Jesus, J. P. de, & Silva, G. R. da (2021). Diversidade cultural brasileira advinda do processo de colonização. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 7(12), 890–906.
- Leão, L. H. C., Muraro, A. P., Palos, C. C., Martins, M. A. C., & Borges, F. T. (2017). International migration, health, and work: an analysis of Haitians in Mato Grosso State, Brazil. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(7), e00181816. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00181816>



- Leonello, G., & Moreira, F. K.. (2025). Fluxos migratórios Venezuela-Brasil: medidas político-jurídicas brasileiras (2014-2021). *Revista Direito GV*, 21, e2506. <https://doi.org/10.1590/2317-6172202506>
- Maia, G. M. C., Viana, A. B., & Carvalho, C. M. L. (2023). Celestina, SUS e Sertão: uma experiência de palhaçaria na educação popular em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 28(5), 1479–1489. <https://doi.org/10.1590/1413-81232023285.14762022>
- Marchi, L. de (2023). The digitalisation of the music industry in Brazil: A new productive structure, the legal framework and challenges for peripheral music in the digital age. *Journal of Legal Anthropology*, 7(2). <https://doi.org/10.3167/jla.2023.070205>
- Martins, L. H. C., & Garcez, F. T. C. (2024). Migrações internacionais no âmbito da política pública de assistência social no Brasil: reflexões à guisa de introdução: International migrations within the scope of public social assistance policy in Brazil: reflections by way of introduction. *RP3 - Revista De Pesquisa Em Políticas Públicas*, 1(4). <https://doi.org/10.18829/2317-921X.2024.e51646>
- Matos, F. de O. (2019). Brazilian regionalization in the first half of the 20th century. *Sociedade & Natureza*, 31. <https://doi.org/10.14393/SN-v31n1-2019-46576>
- Matta, R. da (1997). Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rocco. <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/7RzvQkRWqVYkdy7hBzM5F4q/?lang=pt>
- Moulatlet, G. M., Yacelga, N., Rico, A., Mora, A., Hauser-Davis, R. A., Cabrera, M., & Capparelli, M. V. (2023). A systematic review on metal contamination due to mining activities in the Amazon basin and associated environmental hazards. *Chemosphere*, 339, Article 139700. <https://doi.org/10.1016/j.chemosphere.2023.139700>
- Music Business Journal. (2023, April). Big Data and independent artists: Insights from Brazilian funk and sertanejo. *Music Business Journal*.
- Oliveira, M., (2017). EM TORNO DA CIVILIZAÇÃO LUSO-TROPICAL: a contribuição de Gilberto Freyre à sociologia da imigração no Brasil. *Caderno CRH*, 30(81), 561-578. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792017000300011>
- Oliveira, N. A. de. (2015). “CONQUISTANDO O OESTE”: Amazônia Legal Brasileira e o caso de Nova Xavantina (MT). *Fronteiras. Revista de História*, 17(30), 248–272.



- Oliveira, R. T. de, & Santos, F. K. S. dos (2014). O início da formação territorial brasileira: uma reflexão sobre o território em suape. *Revista De Geografia*, 31(3), 82–95. Recuperado de <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/229147>
- Pucci, M. D. (2017). Influence of Indigenous voice on Brazilian music. *Música Popular em Revista*, 4(2). <https://doi.org/10.20396/muspop.v4i2.13051>
- Queiroz, M. I. P. D.. (1989). Identidade Cultural, Identidade Nacional no Brasil. *Tempo Social*, 1(1), 29–46. <https://doi.org/10.1590/ts.v1i1.83318>
- Richa, H. P., et al. (2024). Cozinha árabe: Mini banquete para degustação. *Revista de Gastronomia*, 2(2).
- Sandrone, C. (2010). Samba de roda, patrimônio imaterial da humanidade. *Estudos Avançados*, 24(69), 373–388.
- Santos, E. S. (2022). Movimentos negros contemporâneos e movimentos sociais indígenas [PDF]. IFBA.
- Santos, H. (2024). Reflexos das políticas culturais brasileiras nas instituições federais de ensino superior. *Revista Entreideias: Educação, Cultura E Sociedade*, 13(2). <https://doi.org/10.9771/re.v13i2.55036>
- Santos, M., & Silveira, M. L. (2001). Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Record. <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/4MQHkwC8BfmQQZT5DWpQmhf/?lang=pt>
- Santos, M. O. (2017). Reescrevendo a história: imigrantes italianos, colonos alemães, portugueses e a população brasileira no sul do Brasil. *Revista Tempo E Argumento*, 9(20), 230–246. <https://doi.org/10.5965/2175180309202017230>
- Silva, M. L. A. e Silva, M. L. A. (2023). The Manaus industrial hub and the preservation of the standing amazon rainforest. Seven Editora. <https://doi.org/10.56238/sevened2023.004-013>
- Silva, J. M. (2023). Negritude, reconhecimento e patrimonialização do Marabaixo no Amapá. *Aceno. Aceno – Revista de Estudos Científicos e Tecnológicos. Dossiê Temático: Processos de patrimonialização e suas articulações no contexto latino-americano.*
- Silva, M. C., & Rodrigues, P. F. (2016). Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. *Revista Brasileira de Educação*, 21(64). <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27543071004>



Silva, R. R., & Carvalho, R. F. (2021). Conquest and territorialization in the captaincy of Siará Grande: villages and sesmarias of indigenous people in the eighteenth century. *História* (São Paulo), 40, e115.

Silveira, P. C. B. (2011). Conhecimentos científicos, conhecimentos locais e hibridismo: Por uma etnografia simétrica da paisagem. *Revista De Antropologia Da UFSCar*, 3(1), 212–235.
<https://doi.org/10.52426/rau.v3i1.45>

**Recebido: 23/04/2025.
01/07/2025**

Aprovado: 26/06/2025

Publicado:

Autora:

Jane da Silva Paes

Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Especialista em Psicologia Clínica de Base Fenomenológica pelo Instituto de Ensino Vision. Especialista em Saúde Coletiva pela Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI, Bacharela em Psicologia pela UFAM. Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Única de Ipatinga (FUNIP). Graduanda em Licenciatura em Artes Visuais – UFAM. Professora de cursos livres em psicologia pelo Instituto de Ensino Vision. Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial – LABFEN (FAPSI/UFAM). E-mail: janedasilvapaes@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9683-8518>